



CONCURSO PÚBLICO: PREFEITURA MUNICIPAL

Caderno de questões: Procurador Autárquico do IPARV

DISCIPLINAS

- Língua Portuguesa
- Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

ANTES DE COMEÇAR A FAZER AS PROVAS:

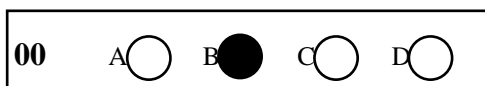
- Verifique se este caderno contém uma prova, com total de 80 (oitenta) questões, sendo 08 de Língua Portuguesa e 72 de Conhecimentos Específicos, sequencialmente numeradas de 01 a 80.
- Caso haja algum problema, solicite ao aplicador a substituição deste caderno, impreterivelmente, até 15 minutos após o início da prova.

AO RECEBER A FOLHA DE RESPOSTA (GABARITO):

- Confira seus dados e, havendo erro, solicite ao aplicador a correção na Ata da Sala.

AO TRANSFERIR A MARCAÇÃO DAS ALTERNATIVAS PARA A FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO):

- Use caneta azul ou preta e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:



- Sua resposta NÃO será computada se estiver sem marcação ou se houver marcação de mais de uma alternativa.
- A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

AO TERMINAR A PROVA:

- A saída com o CADERNO DE PROVAS somente ocorrerá após 3h45min do início das provas.
- Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala, e até sua saída do prédio, não lhe será permitido o uso dos sanitários.
- Conforme edital, subitem 7.2.7.1, letra c), os candidatos serão eliminados se os dispositivos eletrônicos sob seus cuidados emitirem algum sinal sonoro.
- O candidato que for eliminado deverá obrigatoriamente assinar o Termo de Eliminação do Concurso Público.
- Mesmo que o candidato seja eliminado, conforme item 14.20 do edital, somente será permitido retirar-se definitivamente da sala de prova (objetiva e de redação) após transcorrido o tempo de 2 (duas) horas do início da aplicação das provas, mediante a entrega obrigatória da sua Folha de Respostas e do seu Caderno de Questões, ao fiscal de sala.

Duração total desta prova, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO):

QUATRO HORAS

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 1

Assinale a alternativa que está de acordo com a norma culta da língua portuguesa:

- a) () Os investidores cujo os negócios se concentram na Bolsa de Valores estão apreensivos com a situação econômica internacional.
- b) () A obra que o professor se referiu em aula só foi publicada em formato eletrônico.
- c) () Toda criança nasce egocêntrica, onde imagina que toda a realidade gira ao seu redor.
- d) () Uma das ideias centrais da teoria darwinista, segundo a qual diferentes características são transmitidas de geração a geração, é a seleção natural.

QUESTÃO 2

Assinale a alternativa em que a palavra sublinhada está usada com o sentido correto:

- a) () Materiais feitos de cabelos são utilizados para absorver óleo de oceanos.
- b) () A peça do trator foi ratificada e reinstalada no veículo.
- c) () O jovem universitário foi despensado do serviço militar.
- d) () O homem arreou as calças apressadamente e aliviou-se às margens da rodovia.

QUESTÃO 3

Assinale a alternativa correta quanto ao uso da crase:

- a) () A dançarina entregava-se à inúmeros devaneios durante os ensaios e, assim, não se concentrava na sequência de movimentos.
- b) () Vamos à Brasília na semana que vem para conhecermos as obras de Oscar Niemeyer
- c) () O eminente filantropo se dedicava à obras de caridade que davam assistência à milhares de pessoas por dia.
- d) () Larissa comprou uma mochila igual à que eu tenho.

QUESTÃO 4

Assinale o trecho que não apresenta ambiguidade:

- a) () Ângelo pegou o caderno do colega que estava perto do bebedouro.
- b) () Marta, vi a Sandra no shopping com o seu namorado.
- c) () Meu pai, preocupado, encontrou meu irmão.
- d) () É fácil comprar arma roubada no Brasil.

QUESTÃO 5

Assinale a alternativa em que não há erro de ortografia:

- a) () correnteza – consciência – malévolo – empecilho – incumbência
- b) () maledicência – improbidade – alusão – homogeniedade – frequência
- c) () asterisco – apreensão – paradoxal – inóspito – precedente
- d) () ocioso – refulgar – prejulgar – concomitante - lactação

Leia o texto abaixo e responda à questão 06.

TEXTO 1

“Meu terapeuta disse: ‘escreva cartas para as pessoas que odeia e as queime’. Fiz isso, mas agora não sei o que fazer com as cartas”.

QUESTÃO 6

Sobre o texto 1, é correto afirmar:

- a) () As duas palavras em destaque exercem a mesma função sintática.
- b) () A ambiguidade do trecho surge porque o pronome oblíquo “as” pode se referir a dois elementos diferentes.
- c) () O humor do texto procede das intenções malignas do terapeuta.
- d) () O pronome oblíquo “as”, em “as pessoas”, tem a função de determinar o substantivo.

Leia o texto abaixo e responda às questões 07 e 08.

TEXTO 2

Nunca se sabe direito a razão de um amor. **Contudo**, a mais frequente é a beleza. **Quero dizer**, o costume é os feios amarem os belos e os belos se deixarem amar. Mas acontece que às vezes o bonito ama o bonito e o feio o feio, e tudo parece estar certo e **segundo** a vontade de Deus, mas é um engano. **Pois** o que se faz num caso é apurar a feiura e no outro apurar a boniteza, o que não está certo, porque Deus Nosso Senhor não gosta de exageros; **se** Ele fez tanta variedade de homens e mulheres neste mundo é justamente para haver mistura e dosagem e não se abusar demais em sentido nenhum. **Por isso** também é pecado apurar muito a raça, branco só querendo branco e gente de cor só querendo os da sua igualha — pois para que Deus os teria feito tão diferentes, se não fora para possibilitar as infinitas variedades das suas combinações? (QUEIROZ, Rachel de. Os dois bonitos e os dois feios. In: SANTOS, Joaquim Ferreira dos (org.). *As cem melhores crônicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007).

QUESTÃO 7

A respeito do texto 2, é correto afirmar que:

- a) () O trecho tem natureza expositiva, em que a autora apresenta seu ponto de vista sobre a mestiçagem no Brasil.
- b) () O texto faz uso de argumentos religiosos para defender ideias antirracistas, pois a autora acredita que o casamento inter-racial é o mecanismo mais eficiente contra o racismo.
- c) () O parágrafo acima está organizado por meio de raciocínio de causa e consequência, segundo o qual apenas os belos são amados, isto é, a beleza seria a causa geradora do amor.
- d) () A tese da autora é que Deus teria criado os homens diferentes para que se misturassem, para que as características de um fossem contrabalançadas pelas características do outro e, assim, pudesse haver mais equilíbrio.

QUESTÃO 8

Ainda sobre o texto 2, observe as palavras destacadas no texto para responder à próxima questão e marque a alternativa correta:

- a) () **Contudo** introduz uma relação semântica de oposição e **por isso**, de conclusão.
- b) () **Se** introduz uma relação semântica de dúvida e **quero dizer**, de causalidade.
- c) () **Segundo** introduz uma relação semântica de conformidade e **pois**, de contradição.
- d) () **Contudo** introduz uma relação semântica de adição e **se**, de contraste.

LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO VERDE-GO

QUESTÃO 9

Considerando as disposições contidas na Lei n. 3.968/2000, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () Os cargos comissionados destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento superior. São cargos de confiança do chefe do poder executivo, somente serão providos por este por livre nomeação e exoneração, e não gozarão de quaisquer benefícios, direitos e vantagens, fazendo jus somente aos vencimentos mensais, férias, gratificação natalina e gratificação por atividade extra na forma da legislação de regência, quando o caso.
- b) () Para as pessoas portadoras de deficiência, candidatas a cargo público municipal, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, será reservado um percentual de 10%(dez por cento) das vagas oferecidas para o cargo. Na hipótese de não comparecer candidato às vagas reservadas aos portadores de deficiência ou não havendo aprovação destes no concurso, as vagas destinadas às pessoas com deficiência poderão ser preenchidas por outros candidatos aprovados no concurso.
- c) () O funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo fica sujeito a um período de estágio probatório de 03 (três) anos, com o objetivo de apurar os requisitos necessários à sua confirmação no cargo para o qual foi nomeado, sendo requisitos básicos a serem apurados no estágio probatório apenas a idoneidade moral, a assiduidade e a pontualidade.
- d) () Preso preventivamente, pronunciado por crime comum ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia, o funcionário será afastado do exercício até decisão final passada em julgado e, no caso de condenação que não determine a sua demissão, continuará ele afastado do exercício.

QUESTÃO 10

Considere as seguintes afirmações:

- I. Vencimento é a retribuição paga ao servidor pelo efetivo exercício de cargo público, enquanto a remuneração é o vencimento acrescido das vantagens de caráter permanente ou a ele incorporáveis na forma prevista na Lei n. 3.968/2000.
- II. O funcionário perderá 1/3 (um terço) do vencimento ou da remuneração diária quando comparecer ao serviço até meia hora depois de encerrado o ponto ou quando se retirar até meia hora antes de findo o período de expediente.
- III. O funcionário perderá 1/3 (um terço) do vencimento ou da remuneração enquanto durar o afastamento por motivo de prisão preventiva, pronúncia por crime comum ou condenação por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia, sem direito a receber a diferença, se absolvido.

Com base nas disposições da Lei n. 3.968/2000, é correto afirmar que:

- a) () Todas as afirmativas são verdadeiras.

- b) () As afirmativas II e III são falsas.
- c) () As afirmativas I e III são verdadeiras.
- d) () Todas as afirmativas são falsas.

QUESTÃO 11

Nos termos da Lei n. 3.968/2000, é correto afirmar que constitui transgressão disciplinar:

- a) () referir-se, de modo respeitoso, em informação, requerimento, parecer ou despacho, a autoridades, a funcionários e usuários, bem como a atos da administração pública, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-los do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, então construtivamente.
- b) () cometer a pessoa estranha à repartição, dentro dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados.
- c) () negligenciar ou descumprir qualquer ordem ilegítima.
- d) () não se apresentar sem motivo justo ao fim de licença para tratar de interesses particulares, férias, cursos ou dispensa de serviço para participação em congressos, bem como depois de comunicado que qualquer delas foi interrompida por ordem superior.

QUESTÃO 12

O Município de Rio Verde, pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia política, administrativa, financeira e patrimonial, tem a sua organização e estrutura organizacional estabelecidas na Lei Complementar n. 182/2020 e seus Anexos, que está baseada:

- I - Na responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas.
- II - No empreendedorismo e na inovação da gestão pública municipal, de forma a fomentar a atitude e proatividade da Administração Pública Municipal.
- III - Na desburocratização e eficientização dos serviços públicos.
- IV - Na transparência e participação efetiva da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos Órgãos colegiados.

Considerando as afirmações acima, é correto afirmar que:

- a) () Todas as afirmativas são verdadeiras.
- b) () As afirmativas I, II e III são falsas.
- c) () As afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- d) () Todas as afirmativas são falsas.

QUESTÃO 13

A Lei Complementar n. 182/2020 estabelece que a Gestão orientada para Resultados pautar-se-á pelas seguintes diretrizes:

- I - alocação de recursos financeiros observados os critérios de prioridade definidos na estratégia de desenvolvimento do Município, o Plano Plurianual-PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA;
- II - gestão de recursos humanos orientada apenas pela lógica de formação, capacitação, qualificação, excetuando-se a valorização e aperfeiçoamento dos Servidores Públicos e avaliações permanentes;

- III - gestão de recursos técnicos orientada para integração das ações e potencialização de resultados, excetuada a racionalização de tempo de resolução e ampliação da abrangência e qualidade de atendimento da rede de serviços públicos do Município;
- IV - articulação das técnicas organizacionais pela lógica da flexibilização;
- V - gestão dos resultados com base em indicadores socioeconômicos e ambientais qualitativos e quantitativos, sem ênfase nos impactos sociais das ações.

Considerando as afirmações acima, assinale a alternativa correta:

- a) () As afirmações I, II e V são falsas.
- b) () As afirmações I, III e IV são falsas.
- c) () As afirmações II, III e V são falsas.
- d) () Todas as afirmações são falsas.

QUESTÃO 14

Nos termos da Lei Complementar n. 182/2020, o Instituto de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores Municipais é o órgão responsável pela execução da política municipal de previdência e assistência à saúde dos servidores públicos municipais, competindo-lhe, além de outras atribuições regulamentares:

- I - administrar, como unidade gestora única, o Regime de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, nos termos do § 20 do art. 40 da Constituição Federal, abrangendo tanto os servidores públicos titulares de cargos de provimento efetivo quanto os titulares de cargos em comissão, dos poderes Executivo e Legislativo;
- II - conceder e gerir os benefícios previdenciários dos segurados, excluída desta competência a administração do Fundo de Previdência Municipal;
- III – prestar, exclusivamente por meio de convênio e credenciamento, assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial aos servidores públicos segurados e seus dependentes do seu Plano de Saúde.

Considerando as afirmações acima, assinale a alternativa correta:

- a) () Apenas a afirmação I é falsa.
- b) () As afirmações I e II são falsas.
- c) () As afirmações II e III são falsas.
- d) () Todas as afirmações são falsas.

QUESTÃO 15

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Rio Verde/GO, é correto afirmar que à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, ressalvada a sua competência privativa, cabe legislar a respeito de todas as matérias de sua competência municipal e especialmente sobre:

- a) () tributos municipais, excetuados o seu lançamento e arrecadação e normalização da receita não tributária.
- b) () lei de diretrizes orçamentárias, plano plurianual de investimentos e orçamento anual.
- c) () subvenções ou auxílios a serem concedidos pelo Município e qualquer outra forma de transferência, sendo facultativa a prestação de contas.

- d) () regime jurídico dos servidores públicos municipais, criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicos, estabilidade e aposentadoria, excetuadas a fixação e a alteração de remuneração ou subsídio.

QUESTÃO 16

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Rio Verde/GO, o executivo manterá sistema de controle interno, a fim de:

- I - criar condições indispensáveis para assegurar a eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e despesas;
II - acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento;
III - avaliar os resultados alcançados pelos administradores;
IV - verificar a execução dos contratos.

Com base nas afirmações acima, é correto afirmar que:

- a) () Apenas uma afirmação é correta.
b) () Apenas duas afirmações são incorretas.
c) () Todas as afirmações são incorretas.
d) () Todas as afirmações são corretas.

QUESTÃO 17

Caio foi empossado, aos 18 (dezoito) anos de idade, no cargo de auxiliar administrativo da Prefeitura de Muzambinho/MG em 02 de julho de 2013. Posteriormente, em 22 de fevereiro de 2021, Caio foi empossado no cargo de Procurador da Prefeitura de Rio Verde/GO. Nos termos do anexo previdenciário da Lei Orgânica do Município de Rio Verde/GO, é correto afirmar que Caio poderá aposentar-se voluntariamente quando possuir, cumulativamente:

- a) () 62 (sessenta e dois) anos de idade; 35 (trinta e cinco) anos de contribuição; 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público; 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 105 (cento e cinco) pontos.
b) () 57 (cinquenta e sete) anos de idade; 30 (trinta) anos de contribuição; 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público; 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 105 (cento e cinco) pontos.
c) () 65 (sessenta e cinco) anos de idade; 35 (trinta e cinco) anos de contribuição; 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público; 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 105 (cento e cinco) pontos.
d) () 60 (sessenta) anos de idade; 35 (trinta e cinco) anos de contribuição; 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público; 10 (dez) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 105 (cento e cinco) pontos.

QUESTÃO 18

De acordo com a Lei Municipal 5.564/2009, não é competência da Procuradoria-Geral do Município de Rio Verde – GO:

- a) promover as ações judiciais necessárias à defesa dos interesses do Município;
- b) promover, privativamente, a cobrança da dívida ativa municipal;
- c) efetuar a defesa dos atos administrativos, mesmo se os reconhecer ilegítimos;
- d) preparar anteprojetos e projeto de leis de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, incluindo as respectivas justificativas.

QUESTÃO 19

Quanto aos requisitos para a investidura no cargo de Procurador do Município de Rio Verde, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) ser bacharel em Direito.
- b) ser brasileiro, com idade mínima de 24 (vinte e quatro) anos.
- c) estar em gozo dos direitos civis e políticos.
- d) estar inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

QUESTÃO 20

Analise as assertivas a seguir de acordo com o que dispõe a Lei Municipal 5.564/2009:

- I – É prerrogativa do Procurador do Município requisitar, sempre que necessário, auxílio e colaboração das autoridades públicas para o exercício de suas atribuições.
- II – É dever do Procurador do Município emitir parecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou no prazo de 03 (três) dias úteis, se o parecer for de menor complexidade, salvo atraso justificado em ambos os casos.
- III – O vencimento dos integrantes da carreira de Procurador do Município será fixado com diferença de 10% (dez por cento) de um nível para outro, ressalvados os valores já estabelecidos em lei.
- IV- O Procurador-Geral poderá avocar a defesa de interesse do Município em qualquer ação ou processo, bem como a defesa de entidade da administração indireta, quando determinado pelo Prefeito Municipal.

Acerca das assertivas acima, assinale a alternativa correta:

- a) I, II e IV estão corretas.
- b) I, III e IV estão incorretas.
- c) I e IV estão corretas.
- d) I e II estão incorretas.

QUESTÃO 21

A Lei Complementar Municipal n. 3.635/1998, que dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Rio Verde-GO, quando trata das multas judicialmente executadas, estabelece que:

- a) As multas pagas dentro do prazo previsto na Lei Complementar Municipal n. 3.635/1998 terão desconto de 5% (cinco por cento).

- b) () As multas pagas dentro do prazo previsto Lei Complementar Municipal n. 3.635/1998 terão desconto de 10% (dez por cento).
- c) () As multas pagas dentro do prazo previsto Lei Complementar Municipal n. 3.635/1998 terão desconto de 15% (quinze por cento).
- d) () As multas pagas dentro do prazo previsto Lei Complementar Municipal n. 3.635/1998 terão desconto de 20% (vinte por cento).

QUESTÃO 22

A Lei Complementar Municipal n. 3.635/1998 (Código de Posturas do Município de Rio Verde-GO), institui que os proprietários dos terrenos na zona urbana são obrigados a:

- a) () Mantê-los limpos com capinagem mecânica, química ou manual, roçagem do mato manual e/ou mecânica, e deverão possuir no máximo 60 cm (sessenta centímetros) de altura, eventualmente crescido no terreno edificado ou não, localizados na zona urbana e de expansão urbana do Município, evitando que sejam utilizados como depósitos de resíduos de qualquer natureza, especialmente lixo doméstico e entulho ou qualquer material nocivo à vizinhança e à coletividade, sendo vedada a utilização de queima.
- b) () Mantê-los limpos com capinagem mecânica, química ou manual, roçagem do mato manual e/ou mecânica, e deverão possuir no máximo 70 cm (setenta centímetros) de altura, eventualmente crescido no terreno edificado ou não, localizados na zona urbana e de expansão urbana do Município, evitando que sejam utilizados como depósitos de resíduos de qualquer natureza, especialmente lixo doméstico e entulho ou qualquer material nocivo à vizinhança e à coletividade, sendo vedada a utilização de queima.
- c) () Mantê-los limpos com capinagem mecânica, química ou manual, roçagem do mato manual e/ou mecânica, e deverão possuir no máximo 80 cm (oitenta centímetros) de altura, eventualmente crescido no terreno edificado ou não, localizados na zona urbana e de expansão urbana do Município, evitando que sejam utilizados como depósitos de resíduos de qualquer natureza, especialmente lixo doméstico e entulho ou qualquer material nocivo à vizinhança e à coletividade, sendo vedada a utilização de queima.
- d) () Mantê-los limpos com capinagem mecânica, química ou manual, roçagem do mato manual e/ou mecânica, e deverão possuir no máximo 90 cm (noventa centímetros) de altura, eventualmente crescido no terreno edificado ou não, localizados na zona urbana e de expansão urbana do Município, evitando que sejam utilizados como depósitos de resíduos de qualquer natureza, especialmente lixo doméstico e entulho ou qualquer material nocivo à vizinhança e à coletividade, sendo vedada a utilização de queima.

QUESTÃO 23

De acordo com o Código de Posturas do Município de Rio Verde-GO (Lei Complementar Municipal n. 3.635/1998), os cemitérios do município:

- a) () Terão caráter secular, sendo livres a todos os cultos religiosos, administrados pela autoridade municipal ou particular, independente de concessão, mas observadas as disposições da Lei Orgânica e da legislação federal pertinente à matéria.
- b) () Poderão as associações religiosas e as particulares, na forma da lei, manter cemitérios próprios, fiscalizados, porém, pelo Município.
- c) () Deverão os cemitérios municipais conter capela destinada a todos os cultos e local de escritório e depósitos de cadáveres, imagens religiosas, plantas e restos mortais.

- d) () As sepulturas nas quais não forem feitos os serviços de limpeza e de reparação, consideradas em abandono, automaticamente, terão cassada a concessão do título de propriedade do terreno.

QUESTÃO 24

Considerando a Lei n. 6.964/2019, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () A administração da entidade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de no mínimo 3 (três) membros efetivos e de 3 (três) suplentes, todos associados, eleitos na forma estabelecida pelo estatuto, para mandatos de 1 (um) a 3 (três) anos, permitida a reeleição, por uma única vez, de 1/3 (um terço) de seus componentes.
- b) () A qualificação de pessoas jurídicas de direito privado como organizações sociais, sem fins lucrativos, na área da saúde do Município de Rio Verde – Goiás dar-se-á por meio de ato do Poder Executivo, independentemente de avaliação da Comissão de Qualificação de Organização Social, Seleção de Organização Social, Credenciamento de Pessoa Jurídica e Incorporação de Novas Tecnologias da Secretaria da Saúde da cidade de Rio Verde – Goiás.
- c) () O Contrato de Gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão ou entidade supervisora e a organização social, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social.
- d) () O Contrato de Gestão deve ser submetido, após aprovação pelo Conselho de Administração da entidade, ao Prefeito Municipal ou ao Secretário Municipal cuja pasta concirna à atividade fomentada, ou à autoridade supervisora da área correspondente à mesma atividade.

QUESTÃO 25

Considerando o disposto na Lei n. 6.964/2019, assinale a alternativa correta:

- a) () O pedido de qualificação, por si só, não confere nenhum direito à entidade de obter a qualificação de organização social a qual somente ocorrerá por ato do Poder Executivo do município, após o cumprimento de todos os requisitos previstos na Lei n. 6.964/2019 e em Decreto específico a área de atuação requerida pela entidade.
- b) () A organização social fará publicar, no placar da Prefeitura de Rio Verde, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de qualificação, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras e regulamento próprio de seleção, recrutamento e contratação de pessoal com emprego de recursos provenientes do Poder Público.
- c) () Os requisitos específicos para as Organizações Sociais sem fins lucrativos na área da saúde serão estabelecidos em portaria do Secretário Municipal de Saúde.
- d) () As entidades qualificadas como organizações sociais são declaradas apenas como entidades de interesse social, para todos os efeitos legais.

QUESTÃO 26

Conforme dispõe a Lei n. 6.964/2019, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, **não** devem ser atribuições exclusiva do Conselho de Administração:

- a) () fixar o âmbito de atuação da entidade, para consecução de seu objeto.
- b) () recomendar à Assembleia Geral a designação e dispensa de membros da diretoria.
- c) () fixar a remuneração dos membros da diretoria, de forma que o se valor mensal conjunto não ultrapasse 10% (dez por cento) das receitas mensais da entidade.

- d) () aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, benefícios e remuneração dos empregados da entidade, que não poderá ultrapassar o limite de 90% (noventa por cento) da maior remuneração paga aos membros da diretoria.

QUESTÃO 27

Segundo a Lei n. 6.969/2019, que delibera sobre a cessão de uso de bens públicos para organizações sociais sem fins lucrativos na área da saúde de Rio Verde-GO, para o cumprimento da guarda, controle e manutenção dos bens cedidos, a Organização cessionária utilizará os recursos financeiros oriundos do contrato de gestão para o custeio da administração dos mesmos, se comprometendo a:

- a) () Vistoriar os bens objeto da cessão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a outorga do contrato de gestão, com a emissão de termo de vistoria que ateste o seu funcionamento e estado;
- b) () Realizar quaisquer modificações ou alterações nos bens cedidos, com a tácita anuência do Ente Público cedente;
- c) () Comunicar ao Ente Público cedente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, todas as aquisições de bens móveis realizadas com recursos provenientes da celebração do Contrato de Gestão, a fim de que sejam adotados os procedimentos de patrimonialização pública, com a transferência de sua titularidade ao Ente Público;
- d) () Responsabilizar-se pela manutenção e por todas e quaisquer despesas dos bens cedidos, quer decorrentes de assistência técnica preventiva ou corretiva, quer decorrentes da recuperação por danos, e pelo ressarcimento de qualquer prejuízo, proveniente de seu uso inadequado.

QUESTÃO 28

De acordo com a legislação que dispõe sobre a cessão de uso de bens públicos para organizações sociais sem fins lucrativos na área da saúde de Rio Verde-GO (Lei n. 6.969/2019), assinale a alternativa correta:

- a) () As benfeitorias realizadas pela Organização cessionária serão incorporadas aos bens cedidos, assistindo o direito de indenização ou de retenção.
- b) () Toda cessão de uso que for realizada com base na Lei n. 6.969/2019 deverá, antes da transferência da posse definitiva dos bens móveis ou imóveis, ser precedida de termo de cessão de uso, constando o bem, objeto da cessão de uso, com sua descrição, especificações técnicas, estado de conservação e avaliação.
- c) () Fica comprometida Organização cessionária a restituir ao Ente Público cedente todos os bens cedidos, no estado normal de uso, com a extinção do contrato de gestão, qualquer que seja sua causa.
- d) () A Organização cessionária poderá que manter nas dependências da unidade gerida os bens cujo uso lhe for cedido, podendo remanejá-los sem a expressa autorização do Ente Público cedente.

QUESTÃO 29

A Lei n. 6.969/2019, que delibera sobre a cessão de uso de bens públicos para organizações sociais sem fins lucrativos na área da saúde de Rio Verde-GO, prevê que ocorrendo avaria em qualquer dos bens cedidos e sendo desaconselhável economicamente o seu conserto, ou em ocorrendo a hipótese de desaparecimento, roubo ou extravio, a Organização cessionária deverá, entre outras alternativas:

- a) () Ressarcir o Ente Público cedente pelo valor de mercado dos bens, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ocorrência do fato.
- b) () Ressarcir o Ente Público cedente pelo valor de mercado dos bens, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do fato.
- c) () Ressarcir o Ente Público cedente pelo valor de mercado dos bens, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da ocorrência do fato.
- d) () Ressarcir o Ente Público cedente pelo valor de mercado dos bens, no prazo de 90 (noventa) dias contados da ocorrência do fato.

QUESTÃO 30

Conforme a Lei Complementar Municipal n.186/2020, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () O auxílio-doença consiste em benefício estatutário custeado pelos órgãos ou entidades empregadoras dos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive autarquias e fundações.
- b) () O auxílio-doença não poderá exceder a 180 dias em cada perícia.
- c) () O período máximo para manutenção do auxílio-doença é de 2 anos ininterruptos.
- d) () O segurado em gozo de auxílio-doença está obrigado a se submeter aos exames, aos tratamentos cirúrgicos e ao processo de reabilitação profissional proporcionado pelo Município.

QUESTÃO 31

Conforme a Lei Complementar Municipal n.186/2020, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () Será devido o salário-família ao segurado de baixa renda, assim considerado aquele que recebe remuneração, subsídio ou provento mensal igual ou inferior ao valor definido pelo RGPS, na proporção do número de filhos e equiparados, de até doze anos de idade ou inválidos.
- b) () Tem direito ao salário-família o servidor aposentado por invalidez ou por idade.
- c) () Quando pai e mãe forem segurados do Regime Próprio de Previdência Social, o benefício do salário-família será pago somente à mãe.
- d) () O direito ao salário-família cessa pela exoneração, demissão ou falecimento do servidor.

QUESTÃO 32

Conforme a Lei Complementar Municipal n.186/2020, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () O salário-maternidade será devido à gestante, à adotante e à segurada que obtiver a guarda judicial.
- b) () Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico oficial, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a quatro semanas.
- c) () O salário-maternidade não poderá ser acumulado com benefício por incapacidade.
- d) () O auxílio-reclusão será concedido aos dependentes do servidor recolhido à prisão que não perceba remuneração dos cofres públicos, nem esteja em gozo de auxílio-doença ou de aposentadoria.

QUESTÃO 33

Conforme a Lei Municipal n.4.691/2003, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () A previdência social tem por fim assegurar aos servidores efetivos e comissionados os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de contribuição e encargos familiares.
- b) () A filiação ao sistema de previdência é obrigatória e automática.
- c) () É vedada a incorporação de verbas remuneratórias que não tenham integrado a base de contribuição previdenciária para efeito de concessão de aposentadoria.
- d) () A base da contribuição previdenciária inclui as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei e os adicionais de caráter individual

QUESTÃO 34

Conforme a Lei Municipal n.4.691/2003, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () O repasse mensal da contribuição patronal e da descontada dos servidores e pensionistas em folha de pagamento deverá ser efetivado ao IPARV até o dia 10 de cada mês, relativamente à remuneração devida no mês anterior, sendo irrelevante o efetivo pagamento do servidor.
- b) () O Município, incluídas suas autarquias e fundações, são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes de pagamentos de benefícios previdenciários.
- c) () Considera-se dependente do segurado o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 14 anos de idade ou inválido.
- d) () Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou segurada.

QUESTÃO 35

Conforme a Lei Municipal n.4.691/2003, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () O servidor será aposentado com proventos integrais quando a invalidez permanente resultar de hepatopatia grave.
- b) () O servidor será aposentado compulsoriamente aos setenta anos de idade com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- c) () Considera-se acidente de trabalho aquele que acarreta dano físico ou mental e que tenha relação mediata ou imediata com o exercício do cargo.
- d) () É vedada qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 36

Com base nos enunciados abaixo, analise a alternativa correta:

- I. Dada a sua formação histórica, o federalismo brasileiro pode ser considerado um federalismo por desmembramento, com a criação de entes federados a partir de um estado unitário e a repartição de competências entre eles.

II. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu instrumentos de cooperação federativa, de forma que as transferências – financeiras e técnicas, por exemplo – entre os entes federados auxiliam na consecução das finalidades e objetivos constitucionais.

III. A Constituição Federal de 1988 (artigo 60), ao prever os procedimentos de emenda e alteração constitucional, com a fixação de cláusulas pétreas, demonstra que a atual Constituição brasileira é caracterizada como semirrígida.

IV. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a doutrina pacificada admitem a força normativa do preâmbulo da Constituição Federal de 1988.

- a) () Apenas I e II são corretas.
- b) () Apenas I e IV são corretas.
- c) () Apenas I, II e III são corretas.
- d) () Apenas I, III e IV são corretas.

QUESTÃO 37

Segundo a Constituição Federal de 1988 “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (artigo 5º, caput). Sobre os direitos fundamentais em espécie, assinale a alternativa correta:

- a) () É livre a manifestação do pensamento, inclusive através do anonimato.
- b) () São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelos danos materiais, sendo vedada a indenização por danos morais decorrente dessa violação.
- c) () Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, podendo as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- d) () A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.

QUESTÃO 38

Considerando o regime jurídico-constitucional da Administração Pública, assinale a alternativa **correta**:

- a) () Por meio de lei de competência da União, serão estabelecidos idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores de todos os entes federados cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes.
- b) () Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, é vedada a percepção acumulada de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social do servidor público com outra do Regime Geral de Previdência Social.
- c) () Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos à avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- d) () O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado por incapacidade temporária para o trabalho, no cargo em que estiver investido, sendo obrigatória

a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria.

QUESTÃO 39

Quanto aos direitos dos servidores públicos, à luz do regime jurídico-constitucional vigente, assinale a alternativa **correta**:

- a) () É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- b) () Os servidores, sejam eles civis ou militares, indistintamente, gozam do direito de sindicalização.
- c) () O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- d) () É permitida a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

QUESTÃO 40

Sobre as regras constitucionais que disciplinam a aposentadoria de servidores públicos, assinale a alternativa **correta**:

- a) () Poderão ser estabelecidos por lei ordinária do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, independentemente de avaliação biopsicossocial a ser realizada por equipe médica instituída para esse fim.
- b) () Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social, aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no Regime Geral de Previdência Social.
- c) () O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos e aposentados, sendo vedada a contribuição de pensionistas.
- d) () Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social, exceto àqueles com mandato eletivo.

QUESTÃO 41

Sobre a teoria e o princípio da separação de poderes, assinale a alternativa **correta**:

- a) () James Madison, um dos fundadores dos Estados Unidos (*Founding Father*) e um dos autores do clássico *The Federalist Papers*, sustentava que não deveria haver separação dos poderes estatais em departamentos, devendo ser exercido de forma coesa e uniforme por um único titular.
- b) () A independência e harmonia são os princípios que regem a separação de poderes na Constituição brasileira de 1988.
- c) () Compete ao Senado Federal processar e julgar o Presidente da República nos crimes comuns.
- d) () Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por maioria de votos, a instauração de processo contra o Presidente da República.

QUESTÃO 42

Segundo as normas constitucionais regentes da seguridade social, assinale a alternativa correta:

- a) () A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social não poderá contratar com o poder público, mas poderá, nos casos especificados em lei, receber incentivos fiscais ou creditícios.
- b) () A seguridade social será organizada com base no caráter democrático e administração descentralizada mediante gestão tripartite, com a participação de trabalhadores, de aposentados e do governo nos órgãos colegiados.
- c) () Entre os objetivos da seguridade social, inclui-se a diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.
- d) () A seguridade social é financiada, de forma direta e indireta, pelos recursos exclusivamente provenientes dos orçamentos da União e dos estados e pelas contribuições especiais.

QUESTÃO 43

Sobre os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) () Mediante autorização de órgão estatal competente, é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.
- b) () É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis de internação coletiva, não se estendendo esse direito às entidades militares.
- c) () Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.
- d) () É livre a manifestação do pensamento, inclusive mediante anonimato.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 44

Acerca da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n.º 13.019/2018), assinale a alternativa correta:

- a) () A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais exclusivamente nos meios digitais.
- b) () O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado pela administração pública mediante consentimento do titular.
- c) () A eventual dispensa da exigência do consentimento do titular desobriga os agentes de tratamento das demais obrigações previstas na LGPD.
- d) () As autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas.

QUESTÃO 45

A Lei Federal n.º 13.019/2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. Nos termos do referido diploma legal, é correto afirmar que:

- a) () O procedimento de prestação de contas compreende duas fases – a apresentação das contas, de responsabilidade da organização da sociedade civil; e a análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da administração pública, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.
- b) () A administração pública somente emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de colaboração ou termo de fomento nos casos em que houver obrigatoriedade legal de apresentação da prestação de contas pela organização da sociedade civil.
- c) () O procedimento de prestação de contas compreende três fases – a apresentação das contas, de responsabilidade da organização da sociedade civil; a análise das contas, de responsabilidade da administração pública; e a manifestação conclusiva acerca das contas, pelo Poder Judiciário.
- d) () Durante o prazo de 2 (dois) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

QUESTÃO 46

No que tange ao regime jurídico aplicável às licitações e contratos administrativos, é **incorreto** afirmar que:

- a) () De acordo com a Lei Federal n.º 14.133/2021, a modalidade licitatória concorrência poderá eleger o maior retorno econômico como critério de julgamento das propostas.
- b) () As modalidades licitatórias tomada de preços e pregão estão contempladas pela Lei Federal n.º 14.133/2021.
- c) () A Lei Federal n.º 14.133/2021 estabelece o sistema de registro de preços como procedimento auxiliar das licitações e das contratações públicas.
- d) () A Lei Federal n.º 14.133/2021 estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo, ainda, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa; e os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.

QUESTÃO 47

A Lei de Responsabilidade Fiscal, ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estipula que a despesa total com pessoal:

- a) () Deve ser calculada levando-se em consideração apenas o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos e os inativos, excluindo-se os gastos com pensionistas.
- b) () Deve ser calculada levando-se em consideração apenas o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, excluindo-se os gastos com inativos e pensionistas.
- c) () No âmbito dos Municípios, não pode exceder o percentual de 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, em cada período de apuração.
- d) () No âmbito dos Municípios, não pode exceder o percentual de 60% da receita corrente líquida, em cada período de apuração, sendo correto afirmar que na verificação do atendimento deste limite devem ser computadas as despesas de indenização por demissão de servidores ou empregados.

QUESTÃO 48

De acordo com as normas aplicáveis aos contratos administrativos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) () Nos contratos de obras e serviços de engenharia, sempre que compatível com o regime de execução, a medição será mensal.
- b) () A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) não configura condição para a eficácia do contrato e de seus aditamentos.
- c) () O instrumento de contrato é obrigatório, não sendo possível à Administração substituí-lo em hipótese alguma.
- d) () É nulo e de nenhum efeito todo e qualquer contrato verbal com a Administração, independentemente do objeto e do valor.

QUESTÃO 49

De acordo com o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Verde (Lei Municipal n.º 3.968/2000), assinale a alternativa **incorreta** sobre o instituto da cessão de servidor:

- a) () A cessão de servidor em estágio probatório é expressamente vedada e não comporta exceções.
- b) () O tempo em que o servidor municipal estiver cedido será contado para todos os efeitos legais.
- c) () A cessão poderá ser interrompida na hipótese de devolução voluntária do servidor cedido pela entidade cessionária.
- d) () A cessão poderá ser interrompida a pedido do servidor cedido, que deverá manifestar essa intenção com antecedência de 30 (trinta) dias.

QUESTÃO 50

Nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), é correto afirmar que:

- a) () O agente público apenas responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo.
- b) () A decisão que, na esfera administrativa, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.
- c) () Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, ainda que em prejuízo dos direitos dos administrados.
- d) () Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa somente poderá celebrar compromisso com os interessados após a realização de consulta pública.

QUESTÃO 51

Acerca da revogação do ato administrativo, é correto afirmar que:

- a) () A revogação não atinge os atos já consumados.
- b) () Admite-se a revogação de atos vinculados.
- c) () Os atos enunciativos são passíveis de revogação.
- d) () A revogação opera efeitos retroativos.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 52

Assinale a alternativa **incorreta**.

Na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os créditos adicionais são classificados em:

- a) () Ordinários.
- b) () Extraordinários.
- c) () Especiais.
- d) () Suplementares.

QUESTÃO 53

Sobre a Lei nº 6.830/1980, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida pela Lei nº 6.830/1980 e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil.
- b) () A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- c) () O despacho do juiz, que ordenar a citação, interrompe a prescrição.
- d) () O executado oferecerá embargos no prazo de 15 dias.

QUESTÃO 54

Sobre a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que estatui normas gerais de Direito Tributário, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- b) () A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- c) () É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, salvo em razão da sua procedência ou do seu destino.
- d) () A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.

QUESTÃO 55

De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) () Taxa é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- b) () Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.
- c) () A conversão de depósito em renda suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- d) () O pagamento exclui o crédito tributário.

QUESTÃO 56

Considerando a Lei nº 8.137/1990, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () Constitui crime contra a ordem tributária negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa à venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.
- b) () Constitui crime contra a ordem econômica sonegar insumos ou bens, recusando-se a vendê-los a quem pretenda comprá-los nas condições publicamente ofertadas, ou retê-los para o fim de especulação.
- c) () Constitui crime funcional contra a ordem tributária extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento, de que se tenha a guarda em razão da função.
- d) () Constitui crime contra as relações de consumo misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes, para vendê-los ou expô-los à venda como puros.

QUESTÃO 57

Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () O procedimento cautelar fiscal poderá ser instaurado após a constituição do crédito, inclusive no curso da execução judicial da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias.
- b) () A medida cautelar fiscal poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário.
- c) () Para a concessão da medida cautelar fiscal é prescindível prova literal da constituição do crédito fiscal.
- d) () Da sentença que decretar a medida cautelar fiscal caberá apelação, sem efeito suspensivo.

QUESTÃO 58

De acordo com o Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.
- b) () Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- c) () A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- d) () A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 59

Nos termos do **Decreto-lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942**, Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa correta:

- a) () O estrangeiro casado, que se naturalizar brasileiro, pode, mediante tácita anuência de seu cônjuge, requerer ao juiz, no ato de entrega do decreto de naturalização, se apostile a ele a adoção do regime de separação de bens, respeitados os direitos de terceiros e dada esta adoção ao competente registro.
- b) () Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, desde que pronunciada por juiz competente; tiverem as partes sido intimadas pessoalmente ou haver-se legalmente se verificado à revelia; passada em julgado e revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida; traduzida por intérprete autorizado e que tenha sido homologada pelo Superior Tribunal Federal.
- c) () As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.
- d) () A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.

QUESTÃO 60

Segundo a Lei de Registros Públicos – **Lei n. 6.015/1973** – não serão registrados no Registro de Imóveis,:

- a) () A doação entre vivos.
- b) () A imissão provisória na posse, quando concedida à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou às suas entidades delegadas, e respectiva cessão e promessa de cessão.
- c) () Os empréstimos por obrigações ao portador ou debêntures, inclusive as conversíveis em ações.
- d) () O contrato de parceria agrícola ou pecuária.

QUESTÃO 61

Conforme a Lei n. 8.245/1991 – Lei de Locações de Imóveis Urbanos –, a locação de imóvel urbano não poderá ser desfeita, em caso de:

- a) () Prática de infração legal ou contratual.
- b) () Morte do locador e locatário.
- c) () Falta de pagamento do aluguel e demais encargos.
- d) () Realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou, podendo, ele se recuse a consenti-las.

QUESTÃO 62

Levando-se em consideração as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018), é correto afirmar:

- a) () O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado, conjuntamente, pelo pai e pela mãe ou pelo responsável legal.

- b) () O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, sem a necessidade de pedido do titular dos dados.
- c) () Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico, sem a necessidade de anonimização ou pseudonimização dos dados coletados.
- d) () Quando houver infração à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais em decorrência do tratamento de dados pessoais por órgãos públicos, a autoridade nacional poderá enviar informe com medidas cabíveis para fazer cessar a violação.

QUESTÃO 63

Sobre as obrigações alternativas, assinale a opção que não corresponde aos mandamentos do Código Civil Brasileiro (**Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**):

- a) () Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.
- b) () Pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- c) () Quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção poderá ser exercida em cada período.
- d) () No caso de pluralidade de optantes, não havendo acordo unânime entre eles, decidirá o juiz, findo o prazo por este assinado para a deliberação.

QUESTÃO 64

A Lei n. 13.777/2018 incluiu no Código Civil brasileiro o instituto do condomínio em multipropriedade, o qual:

- a) () Estipula que é obrigação do multiproprietário, além daquelas previstas no instrumento de instituição e na convenção de condomínio em multipropriedade, o pagamento da contribuição condominial do condomínio em multipropriedade e, quando for o caso, do condomínio edilício, ainda que renuncie ao uso e gozo, total ou parcial, do imóvel, das áreas comuns ou das respectivas instalações, equipamentos e mobiliário.
- b) () Trata-se de um regime de condomínio em que cada um dos proprietários de um mesmo imóvel é titular de uma fração do imóvel, à qual corresponde a faculdade de uso e gozo, com exclusividade, da totalidade do imóvel, a ser exercida pelos proprietários de forma contínua e exclusiva.
- c) () No instrumento de instituição da multipropriedade ou na convenção de condomínio em multipropriedade, não se poderá estabelecer o limite máximo de frações ideais do imóvel que poderão ser detidas pela mesma pessoa natural ou jurídica.
- d) () A administração do imóvel e de suas instalações, equipamentos e mobiliário será de responsabilidade do multiproprietário, ou, na falta de indicação, de pessoa escolhida em reunião pelos demais proprietários do imóvel.

QUESTÃO 65

Não corresponde às disposições legais pertinentes à sucessão testamentária, prevista no Código Civil Brasileiro (**Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**):

- a) () Se o testamento particular for escrito de próprio punho, são requisitos essenciais à sua validade seja lido e assinado por quem o escreveu, na presença de pelo menos três testemunhas, que o devem subscrever.
- b) () Toda pessoa capaz de testar poderá, mediante escrito particular seu, datado e assinado, fazer disposições especiais sobre o seu enterro, sobre esmolas de pouca monta a certas e determinadas pessoas, ou, indeterminadamente, aos pobres de certo lugar, assim como legar móveis, roupas ou joias, de pouco valor, de seu uso pessoal.
- c) () Quando vários herdeiros, pela mesma disposição testamentária, forem conjuntamente chamados à herança em quinhões não determinados, e qualquer deles não puder ou não quiser aceitá-la, a sua parte acrescerá à dos co-herdeiros, salvo o direito do substituto.
- d) () Além dos menores de dezoito anos, não podem testar os que, no ato de fazê-lo, não tiverem pleno discernimento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 66

Na Vara da Fazenda Pública da comarca de Rio Verde, tramitam centenas de demandas semelhantes, ajuizadas por servidores públicos vinculados ao Município Rio Verde discutindo a constitucionalidade de lei ordinária municipal que trata do plano de cargos e salários da categoria. Diante da possibilidade de decisões contraditórias, com risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica, o procurador do município resolve adotar medida judicial para uniformizar o entendimento da questão jurídica. Nessa hipótese, o procurador do município poderá:

- a) () Propor a instauração de incidente de assunção de competência perante o juízo da Vara da Fazenda Pública da comarca de Rio Verde.
- b) () Propor a instauração de incidente de arguição de inconstitucionalidade perante o Presidente do Tribunal do Estado de Goiás.
- c) () Propor a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas perante o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.
- d) () Propor ao Juízo da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Verde a intimação do Ministério Público para conversão das demandas individuais em coletiva.

QUESTÃO 67

Fernando Pessoa, em litígio instaurado em face de Sandro Botticelli, teve seu pedido rejeitado pelo Juízo da Comarca de Rio Verde, o que veio a ser confirmado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, transitando em julgado. Apesar do acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás basear-se em acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de casos repetitivos, o padrão decisório não seria aplicável ao seu caso, pois se trata de hipótese fática distinta. Diante disso, seria possível reverter a situação por meio de ajuizamento de ação rescisória? Assinale a afirmativa correta:

- a) () Não cabe ação rescisória, pois a previsão de cabimento de rescisão do julgado se destina às hipóteses de violação à lei e não de padrão decisório.

- b) () Cabe a ação rescisória, por considerar que houve violação à norma jurídica ao não analisar a distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento.
- c) () Cabe a ação rescisória, porque o erro sobre o padrão decisório se equipara à situação da prova falsa.
- d) () Não cabe ação rescisória com base em tal fundamento, eis que a hipótese é de ofensa à coisa julgada.

QUESTÃO 68

Assinale a afirmativa correta sobre tutela provisória:

- a) () As tutelas de evidência concedidas liminarmente demandam a comprovação da urgência pela parte interessada.
- b) () No caso de pedido cautelar antecedente, o pedido principal deverá ser deduzido por ação própria.
- c) () No Código de Processo Civil, não há nenhuma previsão de cautelares típicas, podendo o juiz, em cada situação, criar a medida assecurativa que julgar mais adequada.
- d) () A existência de tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante, aliada à probabilidade do direito e à prova documental dos seus fatos constitutivos, autoriza a formulação de pedido de tutela da evidência, o que também é cabível contra a fazenda pública.

QUESTÃO 69

Em relação à Fazenda Pública, é correto afirmar que:

- a) () goza da prerrogativa do prazo em dobro para todas as manifestações processuais como parte, mas não como interveniente;
- b) () proposta ação monitória contra a Fazenda Pública, escoado o prazo sem apresentação de embargos ao mandato monitório, a constituição do título executivo judicial dependerá, em regra, da remessa necessária ao tribunal;
- c) () é representada em juízo pela Advocacia Pública, devendo-se exigir a outorga de mandato pelos entes públicos a seus respectivos procuradores;
- d) () quando do cumprimento de sentença que impõe uma obrigação de pagar, a Fazenda será intimada para impugnação, e o prazo previsto no Código de Processo Civil será contado em dobro.

QUESTÃO 70

Com relação aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, é correto afirmar:

- a) () Caberá pedido de uniformização de interpretação quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito processual.
- b) () É cabível reclamação ao Superior Tribunal de Justiça quando Turmas de diferentes estados interpretam de forma divergente dispositivos de lei federal e quando a decisão recorrida estiver em contrariedade com súmula do Superior Tribunal de Justiça.
- c) () O cumprimento do acordo ou da sentença, com trânsito em julgado, que imponham obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa certa, será efetuado mediante intimação ao advogado público responsável pela representação jurídica do ente público.

- d) () Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência, a soma das 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas não poderá exceder o valor de 60 (sessenta) salários-mínimos.

QUESTÃO 71

Com base no tratamento conferido pelo Código de Processo Civil aos recursos direcionados para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- a) () Da decisão que inadmite recurso extraordinário ou recurso especial em decorrência da aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos, cabe agravo em recurso extraordinário ou em recurso especial.
- b) () Nos processos promovidos perante a Justiça Federal de primeira instância em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa domiciliada no país, cabe agravo de instrumento dirigido ao Superior Tribunal de Justiça das decisões interlocutórias previstas no artigo 1.015 do diploma processual.
- c) () Se o Supremo Tribunal Federal considerar como reflexa a ofensa à Constituição afirmada no recurso extraordinário, por pressupor a revisão da interpretação de lei federal ou de tratado, inadmitirá o recurso interposto por se tratar de recurso exclusivamente cabível para corrigir ofensa direta ao texto constitucional.
- d) () Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, uma vez concluído o julgamento do recurso especial, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal para apreciação do recurso extraordinário ainda que este estiver prejudicado, pois é da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal declarar a existência de prejudicialidade.

QUESTÃO 72

Sobre os poderes expressamente concedidos ao relator pelo Código de Processo Civil, é correto afirmar que poderá:

- a) () Dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária à súmula do próprio tribunal, não sendo obrigatória a concessão de prazo para apresentação de contrarrazões pelo recorrido.
- b) () Considerar de plano inadmissível recurso interposto sem o respectivo preparo.
- c) () Negar provimento a recurso contrário a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, não sendo obrigatório que se conceda previamente prazo para apresentação de contrarrazões.
- d) () Negar provimento ao recurso que estiver em confronto com a jurisprudência dominante do respectivo tribunal.

QUESTÃO 73

Diante da multiplicidade de recursos especiais fundados em idêntica questão de direito, o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Goiás seleciona dois ou mais recursos e os remete ao Superior Tribunal de Justiça para fins de afetação, determinando a suspensão de todos os processos pendentes que tramitam no respectivo Estado que versem sobre a mesma matéria. Uma vez recebido o recurso representativo da controvérsia, o Ministro Relator resolve proferir decisão de afetação. Após seu trâmite, o recurso é julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, que fixa a tese jurídica.

Diante da situação hipotética acima descrita, assinale a afirmativa correta:

- a) () A tese jurídica fixada pelo Superior Tribunal de Justiça por ocasião do julgamento dos recursos especiais representativos da controvérsia não poderá ser alterada ou superada no futuro, em qualquer hipótese, nem mesmo pelo próprio Superior Tribunal de Justiça.
- b) () Para a formação de seu convencimento acerca da controvérsia objeto dos recursos especiais repetitivos, o Ministro Relator não poderá admitir a participação de terceiros, na qualidade de *amicus curiae*, e tampouco realizar audiências públicas para a qualificação do contraditório.
- c) () A escolha dos recursos feita pelo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás não possuía o efeito de vincular o Ministro Relator no Superior Tribunal de Justiça, que, se entendesse pertinente, poderia ter selecionado outros recursos representativos da controvérsia.
- d) () A controvérsia objeto dos recursos especiais submetidos ao rito dos repetitivos não poderá ter natureza de direito processual, mas apenas de direito material.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO 74

Conforme a Lei 3.968/2000, a licença à gestante será concedida por:

- a) () 120 dias.
- b) () 120 dias prorrogada por mais 60 dias.
- c) () quatro meses.
- d) () seis meses.

QUESTÃO 75

Em conformidade com a Lei 3.844/99, o salário-família será devido ao segurado:

- a) () que perceba renda bruta mensal igual ou inferior a 03 (três) salários mínimos.
- b) () que perceba renda bruta mensal igual ou inferior a 02 (dois) salários mínimos.
- c) () que possua filhos menores de 14 (quatorze) anos.
- d) () que possua filhos inválidos.

QUESTÃO 76

Segundo a Emenda Constitucional 103/19 que modificou o art. 37 da CF, o servidor público titular de cargo efetivo poderá ser:

- a) () readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, definitivamente, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.
- b) () readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.
- c) () readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, definitivamente, desde

que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de destino.

- d) () readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de destino.

QUESTÃO 77

Conforme a Lei 3.844/99, a perda da condição de dependente ocorrerá por:

- a) () anulação de casamento, separação judicial e divórcio;
b) () cessação de invalidez, casamento ou concubinato;
c) () falecimento, emancipação legal e invalidez;
d) () petição escrita do segurado, cessação do concubinato, abandono do lar de forma administrativa.

QUESTÃO 78

São licenças conforme o Estatuto dos Servidores Públicos de Rio Verde:

- a) () por tratamento de saúde e acompanhamento de menor;
b) () para o serviço militar e para tratamento de saúde;
c) () prêmio e à gestante de 180 (cento e oitenta) dias;
d) () por motivo de afastamento do cônjuge e atividade de capacitação.

QUESTÃO 79

Conforme o art. 96 da Lei 8.213/91, é vedada a contagem recíproca de contribuição do RGPS por regime próprio de previdência social:

- a) () sem a emissão da CTC correspondente, ainda que o tempo de contribuição referente ao RGPS tenha sido prestado pelo servidor público ao próprio ente instituidor;
b) () sem a emissão da CTC correspondente, a não ser que o tempo de contribuição referente ao RGPS tenha sido prestado pelo servidor público ao próprio ente instituidor;
c) () sem a emissão da CTC correspondente, a não ser que o tempo de contribuição referente ao RGPS tenha sido prestado pelo servidor público a outro ente instituidor;
d) () sem a emissão da CTC correspondente, ainda que o tempo de contribuição referente ao RGPS tenha sido prestado pelo servidor público a outro ente instituidor.

QUESTÃO 80

Segundo o Estatuto dos Servidores Públicos de Rio Verde, a gratificação especial de localidade e por atividades insalubres ou perigosas, corresponde a:

- a) () Adicional de insalubridade de 10% (dez por cento) do vencimento base;
b) () Adicional de insalubridade de 20% (vinte por cento) do salário- mínimo nacional;
c) () Adicional de insalubridade de 40% (quarenta por cento) do salário- mínimo nacional;
d) () Adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) do salário- mínimo nacional.